



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira

6ª Reunião Ordinária

17/05/2012 – Centro de Eventos de Pariquera-Açu – Pariquera-Açu, SP.

1. Informes;
2. Aprovação da ata da 5ª reunião ordinária;
3. Apresentação dos planos e projetos setoriais das Secretarias de Estado.

1. Informes

Isadora Parada (CPLA/SMA) destaca que a participação dos representantes do Grupo Setorial, principalmente das prefeituras, tem sido muito baixa. Comenta que na reunião do Grupo Setorial do Litoral Norte, realizada no dia 14 de maio, também houve pouca participação, talvez devido às mudanças que poderão ocorrer com as eleições municipais. A próxima reunião, prevista para ser em Apiaí, objetiva facilitar a participação dos representantes da região do Alto Vale do Ribeira.

Sobre o Mosaico de Unidades de Conservação do Alto Paranapanema, Isadora gostaria que Donizetti Borges Barbosa (Fundação Florestal/SMA) estivesse presente na próxima reunião do Grupo Setorial para apresentar a proposta que está em discussão. Segundo ele, Clayton Lino, presidente da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), é a pessoa indicada para apresentar informações sobre importância dessa área. Donizete disse que Clayton será convidado para a próxima reunião.

Isadora informa que haverá uma audiência no dia 17 de maio sobre o Parque Estadual Nascentes do Alto Paranapanema, que fica no limite do município de Capão Bonito. Donizete estará presente nessa audiência. É outra Unidade de Conservação (UC) importante para a região, embora esteja fora da área de abrangência do Gerenciamento Costeiro. Segundo Antonio Eduardo Sodrzeieski (Associação Serrana Ambientalista - ASA), essa UC fará limite com o município de Ribeirão Grande.

Antonio avisa que haverá no sábado (19/05/2012) audiência de criação do Parque Municipal do Lageado. Isadora explicou, por solicitação de alguns representantes, o que é a Limitação Administrativa Provisória (LAP), instrumento previsto no SNUC (Lei Federal nº 9.985/2000) e que consiste na demarcação previa à criação da UC, para a elaboração de estudo que fundamente sua criação. Isadora cita exemplos de aplicação do LAP: Parque Estadual Restinga de Bertioxa e Unidades de Conservação da Cantareira. Antonio comenta sobre três formas de compensação que podem ser formuladas pela SMA com acordo dos proprietários rurais: a possibilidade de compensação de Reserva Legal; outra é a doação de área para criação de Parque Municipal; e a terceira é a instituição de servidão. Antonio destaca que é preciso pensar a gestão, como será a criação de fundo para essa gestão e não para o fundo de compensação do Estado. Ele ressalta que a sociedade civil está interessada em saber como será a gestão desses recursos.

Questionada sobre o projeto de lei (PL) de aumento do índice do ICMS Ecológico, Isadora informa que há projetos de lei de autoria de vários deputados que objetivam alterar a porcentagem dos índices que compõem o ICMS. Deu como exemplo os PLs que incluem a porcentagem de área reflorestada, a inclusão do critério da população carcerária e a modificação do critério de reservatório. Além dos reservatórios para geração de energia, alguns PLs propõem a contabilização dos reservatórios para abastecimento. Isadora explica que são vários Projetos de Lei que propõem mudança no índice de participação dos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

municípios. Todos eles reduzem o critério do Valor Adicionado de 76% para 75% (o mínimo determinado pela Constituição Federal). Na SMA, havia uma proposta de PL que aumentava o critério das áreas protegidas de 0,5% para 1,5%. Este PL estava sendo analisado em outras instâncias do governo e retornou com parecer muito bem fundamentado para a Secretaria de Meio Ambiente, onde se encontra no momento. Além do aumento, o PL prevê também algumas mudanças na forma do cálculo, inclusive a adequação às categorias previstas no SNUC (como RPPNs, Florestas Estaduais e Monumentos Naturais, que não são contabilizados segundo a legislação atual). Para a região do Vale do Ribeira, essa mudança seria muito positiva, pois muitos municípios teriam o repasse duplicado.

Os presentes questionaram sobre a utilização deste recurso e Isadora explicou que não é possível “carimbar” o recurso. Além de inconstitucional, cada caso deve ser analisado separadamente e a orientação é que cada município tenha sua legislação própria de como funcionará a aplicação. Citou o exemplo de Cananéia, que acaba de criar uma lei municipal garantindo 2% do recurso para o Fundo Municipal de Meio Ambiente. Explicou como são feitos os cálculos do Índice de Participação do Município e informou que teria na semana seguinte uma reunião com a assessoria do Secretário do Meio Ambiente para discutir o assunto. Se prontificou a explicar detalhadamente como é feito o cálculo, em outro momento, para os representantes das prefeituras municipais.

Ney Akemaru Ikeda (DAEE) destaca que está sendo pensado o repasse de royalties em função dos reservatórios. Isadora explica que isso constitui outro critério, não para o ICMS.

2. Aprovação da ata da 5ª reunião ordinária.

Isadora recebeu as sugestões de alterações por e-mail para a ata e consolidou no documento único, que foi aprovado pelos presentes.

Antonio sugere que o município que recepcionar cada reunião faça uma apresentação dos programas, projetos e ações desenvolvidos. Isadora concorda, e complementa que a sociedade civil também deve apresentar dados junto com as prefeituras. Um exemplo é a relação do Plano Diretor com os trabalhos do Gerenciamento Costeiro.

Ney explica que não foi possível fazer a apresentação da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), por mudanças de superintendência. Isadora lembra que ainda faltam as apresentações da Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Secretaria Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania, SIG-RB e Secretaria Estadual de Logística e Transportes (segundo Isadora, o representante enviou relatório de obras por e-mail).

Pablo de Andres Fernandez (Associação dos Mineradores de Areia) lembrou que Luiz Xoquito comentou no dia da posse dos representantes sobre a existência de um Plano Estadual Estratégico do Vale do Ribeira da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Isadora informa que essa Secretaria está em processo de substituição do representante e que tem tratado diretamente com o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR) sobre um Plano de Zoneamento do eixo da rodovia BR116. Porém, o representante da Secretaria não soube passar informações detalhadas.

Leila Tendrih (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional) complementou que, segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, se trata de um estudo a ser contratado que levantará, ao longo do eixo da rodovia BR116, as áreas com maior ou menor possibilidade de instalação de empreendimentos. Representantes apontaram que o representante do Fundo de Desenvolvimento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Econômico e Social do Vale do Ribeira (FUNDESVAR) está sediado em São Paulo e que não há representação regional. Isadora falou que tem conversado com representantes do CODIVAR e que solicitará à Coordenadora de Planejamento Ambiental, Zuleica Maria de Lisboa Perez, uma conversa com esse colegiado, para aumentar a participação das prefeituras nos trabalhos do GERCO. Informa que em duas audiências do Comitê de Bacia da UGHRI 11 reiterou a importância da participação desses representantes.

3. Apresentações

3.1. Apresentação da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo da Secretaria Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania, por Roberto Silva, supervisor do grupo técnico de regularização fundiária.

José Renato Lisboa, representante do ITESP, inicia a apresentação da Fundação. Relata sobre o início dos trabalhos da Secretaria e que o ano de 1992 marca o foco das reivindicações para implantação de assentamentos de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema. Foi no governo de Franco Montoro que foi criado um grupo de trabalho para a região do Vale do Ribeira. O primeiro ato de desapropriação para reforma agrária ocorreu nos assentamentos de Formoso e Vista Grande. Com esse grupo, foram iniciados os trabalhos de assistência aos agricultores. No governo Fleury foi aprovado decreto unificando as equipes da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE) e da Secretaria de Agricultura. A criação do BANESER permitiu a agregação dos funcionários em um único órgão, que em 2001, virou a Fundação ITESP, com foco das ações na região do Pontal do Paranapanema. Depois foi criado um Grupo de Gestão de Quilombos, que levantou que há 53 comunidades quilombolas no Estado de São Paulo. Destas, 28 são reconhecidas, outras são tituladas.

Roberto relata que o programa de regularização fundiária da Fundação ITESP inicia em 2001, mas há um histórico sobre sistematização da regulação sobre as terras e regularização. Em 1997-1998 idealizou-se um programa de financiamento para ações do cadastro/levantamento de terras no país com financiamento do Banco Mundial (BIRD). Ocorre a contratação de técnicos para montar o programa. Os Estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Maranhão e Ceará são escolhidos para serem os Estados pilotos do programa. O BIRD orientou que os recursos fossem aplicados nas áreas mais pobres do país, daí a escolha do Vale do Ribeira. Em 2001 é aprovada Lei Federal nº 10.267/2001, que estabelece o georreferenciamento de imóveis rurais e sua aplicabilidade. Em 2008 foi feita uma licitação internacional para contratação de empresa para georreferenciar os imóveis rurais dos cinco Estados em 6 lotes. Em São Paulo foram definidos dois lotes, Vale do Ribeira (NOM 2) e Alto Ribeira (NOM 1), segundo critérios de seleção do BIRD.

Deu exemplo do loteamento Guido Roncati, no município de Iguape, que apresenta problemas de indefinição de dominialidade há mais de 100 anos. Os Cartórios não possuem controle dos registros.

Roberto explica o significado de NOM 1 e NOM 2, que são os dois lotes no Estado de São Paulo. O programa consiste em: a empresa contratada na licitação identifica ocupante da área, que precisa identificar as divisas, preencher o cadastro que é repassado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para legitimação do título de domínio. Módulo mínimo identificado no georreferenciamento da empresa é de três hectares (ha). O pagamento da empresa ocorre a partir dessa metragem. Roberto explica que existe acordo com prefeituras para medição de áreas menores. O valor pago é de R\$ 6,87/ha em março de 2009 (em junho de 2011 o valor está em torno de R\$ 7,36/ha). No município de Capão Bonito não deu certo. Foi composta uma equipe da Fundação ITESP para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

fiscalizar a empresa que faz o georreferenciamento em relação aos horários, forma de trabalho, número de equipes. Essa empresa faz somente o cadastro e entrega os dados para a Fundação, que os processa em um *software* livre Terra View (interface desenvolvida pelo FUNCATI e INPE) para repassar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Como produto desse programa, Roberto destaca que há uma integração das três esferas, com apoio das prefeituras, e que as diferenças partidárias não dificultaram os trabalhos. O programa tem trazido informações georreferenciadas que os municípios não possuíam.

Nas áreas particulares o sistema de varredura cobrirá 100% do município, a exemplo do que foi feito em Sete Barras. Todas as áreas particulares devem ser levantadas e georreferenciadas. Para áreas menores que 250 m², o levantamento foi prorrogado para 2015-2016. Há memorial descritivo, dados georreferenciados. A Lei Federal nº 10.267/2001 possibilita certificação do INCRA. As áreas de posse entram nos critérios de legitimação se apresentarem de 3 a 100 ha, sem litígio.

Roberto destaca quais foram os resultados obtidos e que os dados serão públicos. A Polícia Ambiental já está utilizando esses dados. Nos municípios do lote NOM 1 – Alto Vale será feita a varredura por “bolsão” – parte dos municípios está georreferenciada. No lote NOM 2, Tapiraí apresenta quase 100% de áreas particulares varridas. A Fundação ITESP tem feito também a comparação entre o previsto para levantamento e o realizado.

Roberto informa que a Fazenda Val Formoso, se for titulada, será pelo INCRA. Parque Carlos Botelho e Intervalos estão sendo georreferenciados. O programa não previa medir Terras Indígenas e parques. Em Pariquera-Açu, com a medição, a Fundação ITESP identificou conflitos no limite do Parque Estadual da Campina do Encantado. Questionado sobre o que seriam as áreas em branco no mapa, Roberto explica que são aquelas cujo levantamento é parcial. Explica que o *software* não aceita ponto duplicado e que a alimentação das coordenadas de cada ponto é feita por meio de registro do número profissional do técnico responsável. Informa que a precisão definida em lei é de 50 cm. Herbert Hans Rudolf Schulz (CETESB) pergunta como a Fundação ITESP procede quando há litígio sobre áreas ocupadas. Roberto explica que o ocupante mostra as divisas e confirma o que tem de ocupação efetiva. Os marcos das divisas devem ser de comum acordo entre os vizinhos. Se não houver anuência e continuar o litígio, a situação é definida com julgamento pela Justiça Estadual. Enquanto isso, a área em litígio fica demarcada para resolução posterior. Outra forma de resolução do litígio é buscar o acordo entre litigantes representados pelos respectivos advogados com mediação da Fundação ITESP.

Antonio pergunta ao Roberto como fazer se o imóvel rural está cadastrado no INCRA, mas não possui o módulo mínimo. Roberto responde que esses imóveis não estão sendo levantados, pois a empresa não é remunerada para medição de imóveis com área abaixo de três hectares, que é o módulo mínimo. Roberto diz que não consegue levar a registro essas situações. Diz que é preciso levantar o número de propriedades que estão nessa situação. Antonio diz que na região existe um levantamento de 1997, o que, segundo Roberto, não pode ser considerado, pois devem ser seguidas as diretrizes da Lei Federal nº 10.267/2001.

Roberto apresenta o *software* Terra View, adaptado pelos técnicos. 9 mil, do total de 12 mil imóveis que são objeto de levantamento no Vale do Ribeira, já foram cadastrados. O acesso ao cadastro via internet está sendo providenciado. A partir do levantamento, inicia-se a análise jurídica. Ações de usucapião estão sendo resolvidas pela Fundação ITESP na sede em Pariquera-Açu. Há convênios da Fundação com as prefeituras, mas Roberto destaca que falta pessoal técnico habilitado para os processos de regularização fundiária.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Roberto informa que o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) participou das reuniões. Alguns funcionários dos cartórios da região fizeram capacitação para uso do *software*. Mas não houve muito interesse, pois a titulação conferida pela Fundação ITESP, a partir desse cadastro, já seria suficiente para levar a registro sem pagamento de emolumentos aos cartórios.

Prof. Érico Rodrigues (UNESP) ressalta que o imóvel rural com área abaixo de três hectares precisa ser registrado, o que é garantido por lei.

Isadora destaca que é preciso levantar os bairros rurais que se encontram nessa situação, como o bairro da Serra, para que as prefeituras procedam à regularização. O Zoneamento Ecológico-Econômico desse setor costeiro não poderá responder a isso, mas o Grupo Setorial poderá trabalhar com essa demanda. Essa radiografia irá subsidiar os Planos de Ação e Gestão da região e colaborará com as ações das prefeituras.

3.2. Apresentação do SIG-RB, por Alex Santos.

Alex apresenta o conceito do sistema de informações e o projeto. Informa que o sistema apresenta dados do GEOCAP, sobre cargas perigosas, inicialmente com dados da rodovia BR116. O sistema pode ser acessado por palm top, mas ainda não foi utilizado até o momento pela Polícia Ambiental, CETESB, SABESP. O telefone celular com GPS também pode acessar o aplicativo. Alex destaca que é preciso que algum órgão comece a utilizar para testá-lo. Isadora pergunta qual a relação desse sistema com a CETESB. Herbert Shulz informa que as ocorrências são registradas e que a CETESB não utiliza esse sistema.

Alex informa que o SIG-WEB é utilizado apenas para consulta, permite apenas visualização. O desenvolvimento da plataforma I3GEO está previsto para alimentar o SIG-WEB e será desenvolvida pela equipe do SIG-RB. Alex mostra exemplos da página do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul realizou curso de capacitação para uso do SIG-RB. Alex mostra também áreas de risco no município de Eldorado. O Sistema tem sido utilizado pelas defesas civis municipais. Se houver outra área não mapeada no sistema, o agente da defesa civil poderá incluir na base de dados.

Isadora pergunta a Alex se os técnicos envolvidos na alimentação do Sistema têm controle de quem acessa os dados. Alex responde que neste ano aprimorou-se o sistema para saber quem fez *download* dos arquivos. Isso pode ser informado por relatório. Ney destaca que essa informação é importante, principalmente porque identifica o usuário do Sistema, se é da região e quais as demandas que ainda precisam ser levantadas. Antonio diz que é preciso divulgar mais e realizar mais cursos. Outra fonte são as diretorias de ensino. Isadora pergunta se alguma prefeitura já utilizou o sistema para, por exemplo, selecionar áreas para implantação de aterros sanitários. Ney destaca que essa informação é uma base fundamental para planos preventivos da defesa civil. Isso atende à pressão do Ministério Público Estadual que cobra essas ações. Alex ressalta que dados podem ser incluídos no sistema. Isadora informa que gostaria também de incluir dados históricos do ICMS Ecológico e vai passar os dados ao Fábio. Alex ressalta que os municípios do Alto Vale do Ribeira não participaram da reunião para buscar os dados do monitoramento das áreas de risco.

Ney informa que os municípios Eldorado, Cajati, Sete Barras e Juquiá são áreas piloto para detalhamento do Plano Preventivo de Defesa Civil, que subsidiará os decretos municipais de planos preventivos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Antonio destaca que nos municípios de Barra do Turvo, Iporanga e Itaóca há plantio de *pinus* e *eucalyptus* em áreas de alta declividade. Segundo ele, as informações do SIG-RB precisam apontar aquelas que são aptas à atividade agrícola. Isadora relembra que o Macrozoneamento de 1998 realizou levantamento de aptidão agrícola. Ney destaca que dados de risco não correspondem a dados de aptidão agrícola. Alex explica que o mapeamento é sobre risco para ocupação humana. Herbert Shulz destaca que as áreas de alta declividade não serão liberadas para ocupação. Isadora explica que esse mapeamento é de apoio à defesa civil dos municípios e não um mapeamento de áreas de risco para a agricultura.

Alex mostra a área de *download* dos dados do Sistema. Informa que é preciso complementar as informações da bacia hidrográfica paranaense. O monitoramento das áreas de risco em plataforma *web* também é outro objetivo.

Roberto pergunta como foram coletados os dados. Alex explica que foram fontes como do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC/USP), Fundação IBGE e mapeamento em campo. Os arquivos são em extensão *shapefile* e *geotiff*. Isadora explica a importância do SIG-RB: o sistema de informações é um dos instrumentos do Gerenciamento Costeiro previsto no Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei Estadual nº 10.019/1998). Roberto diz que o sistema para o Vale do Ribeira precisa ser complementado pois mostra, por exemplo, as propriedades particulares que estão em áreas de risco. Antonio destaca que os dados pessoais devem ser sigilosos, mas os dados da propriedade não. Isadora aproveita para comentar que as imagens SPOT com resolução 2,5 metros, datadas de 2009/2010 já estão disponíveis na CPLA/SMA. Explica como é a cessão de imagens de satélite e mostra na página da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (www.ambiente.sp.gov.br/cpla) o formulário para solicitação. Isadora se comprometeu a verificar se é possível fazer a disponibilização dessas imagens em plataforma SIG-WEB.

Os presentes pedem que Isadora passe por e-mail a apresentação da Secretaria Estadual de Logística e Transportes, pois há poucos representantes de prefeituras presentes e o representante da Secretaria não se encontra. Isadora se compromete a passar por e-mail a apresentação. A próxima reunião ficou pré-agendada para o dia 26/06/2012, às 9h30, em Apiaí.